

O Brasil na economia-mundo do último século (1910 a 2010) **Brazil in the world-economy of the last century (1910 to 2010)**

Paulo Roberto de Almeida ·
(www.pralmeida.org; pralmeida@me.com)

Texto preparado para o
V Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo:
“A Economia-Mundo Contemporânea: crise estrutural ou transição hegemônica?”
(Unicamp, 8-9 de agosto de 2011; hpgpepsm@cse.ufsc.br).

Sumário:

O Brasil e o sistema internacional em dois momentos da história
O Brasil em 1910: uma sociedade agrária atrasada, com vocação industrial
O Brasil em 2010: uma indústria desenvolvida, com uma base social atrasada
O Brasil ao longo do século 20: um balanço qualitativo
A fratura ideológica das políticas de desenvolvimento
Referências bibliográficas

Resumo: Análise conceitual do desenvolvimento brasileiro em dois momentos de sua história, em 1910 e em 2010, com considerações de natureza econômica e sociológica sobre as razões de seu sucesso no terreno industrial e de seu fracasso em reduzir as desigualdades sociais que são ainda visíveis na paisagem humana. A má qualidade da educação desempenha um papel relevante nessa evolução, mas a instabilidade macroeconômica, as deficiências em nível institucional e a pequena abertura às trocas internacionais também são responsáveis pela preservação das desigualdades, cujas causas são essencialmente internas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Brasil. Desigualdades sociais. Crescimento econômico.

Abstract: Conceptual analysis of the Brazilian development at two junctures of its history, 1910 and 2010, with an economic and sociological evaluation over its advancements in industrial capability and its failures in the reduction of social inequalities, still visible at naked eyes. Poor education is surely to blame for this failed evolution, but macroeconomic instability, bad governance and lack of opening to trade and foreign investments are also responsible for the enduring inequalities, all to be linked to domestic policies, not originating in foreign induced constraints.

Key-words: Development. Brazil. Social inequalities. Economic growth.

· Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas; diplomata de carreira; professor de Economia Política Internacional nos programas de mestrado e doutorado do Centro Universitário de Brasília; pesquisador em história das relações econômicas internacionais do Brasil e autor de diversas obras na área (www.pralmeida.org).

Changements et permanences dans les structures sociales et économiques du Brésil, à un siècle de distance: 1910 et 2010

Résumé: Analyse conceptuelle du développement brésilien à deux moments de son histoire, 1910 et 2010, avec des considérations de nature économique et sociologique sur les raisons de son succès industriel et de son échec à réduire les inégalités sociales qui sont encore très visibles dans le paysage humain. La mauvaise qualité de l'éducation joue un rôle important dans cette évolution, mais l'instabilité macroéconomique, les défaillances au niveau institutionnel et la petite ouverture aux échanges internationaux sont aussi responsables du maintien des inégalités, dont les causes sont essentiellement domestiques.

Mots-clés: Développement. Brésil. Inégalités sociales. Croissance économique.

O Brasil na economia-mundo do último século (1910 a 2010)

O Brasil e o sistema internacional em dois momentos da história

A questão central deste ensaio de análise histórica é constituída por uma avaliação das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil ao longo do século 20, em dois momentos de seu processo de modernização capitalista. De certa maneira, a posição do Brasil no sistema internacional não variou muito desde o final do século 19, quando as bases do capitalismo global contemporâneo foram estabelecidas, com a emergência industrial dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, ainda grandes atores econômicos ao início do século 21, tanto no comércio internacional, quanto nas finanças ou na tecnologia. A grande diferença parece ser a China, que retoma a posição de grande economia que ela detinha até o início do século 19, integrando-se desta vez às grandes correntes comerciais e financeiras.

Em certo sentido, o mundo atual se parece com o de um século atrás, isto é, assemelha-se, parcialmente, ao cenário de equilíbrio entre as principais potências que tinha caracterizado o concerto europeu de nações do final do século 19 até o início da guerra de 1914. Mas ele já não se encontra mais dominado quase exclusivamente pelas potências europeias que tinham moldado a ordem internacional a partir dos descobrimentos. Tal dominação entrou definitivamente em declínio durante a Guerra Fria, época da confrontação nuclear entre as duas superpotências. Essa última fase, de menos de meio século, durante a qual a União Soviética ofereceu uma (pobre) alternativa ao capitalismo liberal defendido pelos Estados Unidos, foi seguida, não tanto por um “fim da História”, como pretendia Francis Fukuyama, mas por um “fim da geografia”, no sentido em que todas as economias estão doravante incorporados à divisão mundial do trabalho e fazem parte dos mercados capitalistas (Almeida, 2010).

Do ponto de vista geopolítico, o mundo atual tampouco é muito diferente daquele de um século atrás, mas seu perfil mudou: um grande império desapareceu (a Áustria-Hungria); um outro foi dramaticamente “encolhido” (a Rússia); vários emergentes agressivos foram “disciplinados” (a Alemanha, a Itália e o Japão); dois grandes impérios coloniais foram desfeitos (o Reino Unido e a França); um império sucessor ao britânico emergiu, mesmo se os Estados Unidos relutam em se reconhecer nessa categoria (Ferguson, 2004). Mas, em virtude de seu peso militar, econômico e político, as mesmas potências, com a exceção do império central, se empenham em “administrar” o mundo: um pequeno grupo de países continua a dar

as cartas no campo das inovações tecnológicas e na vanguarda científica e cultural.

Ainda que se rejeite, do ponto de vista empírico e mesmo conceitual, a tese de Fukuyama, cabe reconhecer que não existe, ainda, nenhum outro modelo econômico e social, ou de organização política, que possa ser oferecido por um dos candidatos à supremacia mundial. A Rússia não está certamente em condições de fazê-lo, e a China, sendo um caso *sui generis* na história, não é tampouco capaz de oferecer uma alternativa sedutora; nenhuma sociedade desenvolvida, ou desejando sê-lo, pode se sentir atraída por um modelo autoritário, tal como exibido atualmente pelo gigante asiático, na verdade, um capitalismo selvagem ao estilo Grã-Bretanha do século 19 (Engels, 1845), com um partido autocrático no poder.

O Brasil era um exportador primário no começo do século 20, da mesma forma como continua a sê-lo, ainda hoje, mesmo tendo passado de uma concentração quase exclusiva no café não processado – 80% da oferta mundial naquela época – para uma diversificação ampliada nos produtos primários e em produtos primários semiprocessados – ainda mais de 65% de suas exportações em 2010 – e uma boa participação em bens manufaturados, inclusive no aeroespacial. Mas ele permanece um importador líquido de tecnologia e de capitais, tanto sob a forma de investimentos diretos, quanto na de financiamentos; sua moeda ainda não é convertível; o país também deixou de ser um “importador” de mão-de-obra para ser um “exportador” moderado de recursos humanos, devido ao fato que muitos dos seus filhos ficaram decepcionados com a estagnação das últimas décadas do século 20 e se expatriaram na Europa, no Japão e, sobretudo, nos Estados Unidos.

No decurso deste “breve século 20”, o Japão – provavelmente com a Coreia do Sul e Cingapura, mais recentemente – foi o único país “periférico” que conseguiu superar a “barreira” do desenvolvimento – que é, simplesmente, a da autonomia tecnológica – para se incorporar ao “centro nervoso” do capitalismo global, tanto no plano industrial quanto financeiro. O Brasil, a despeito de um crescimento vigoroso durante a maior parte do século 20, permaneceu dependente do know-how estrangeiro, dos investimentos diretos e financeiros dos países do capitalismo avançado. Essa situação de subordinação não é diretamente devida a desigualdades presentes no sistema econômico internacional – mesmo se elas continuam importantes – ou a uma suposta “exploração” dos países ricos, em detrimento de exportadores primários como o Brasil, mas deriva, fundamentalmente, de diferenciais de produtividade entre os países capitalistas avançados e os “subdesenvolvidos”, que resultam, obviamente, da fraca escolarização e da má qualidade da educação.

Este ensaio histórico se propõe comparar a situação do Brasil nesses dois momentos de sua inserção internacional: em 1910, quando o seu prestígio regional tinha sido

estabelecido por um trabalho de estabilização econômica e de projeção diplomática realizado pelo Barão do Rio Branco; e atualmente, quando seu prestígio internacional alcança patamares inéditos, também como resultado da estabilização econômica e de uma diplomacia especialmente ativa. Apesar disso, o Brasil não parece ter conseguido superar a “barreira do desenvolvimento”, pelo menos não do ponto de vista social, em especial no campo da igualdade de chances.

A primeira questão a se colocar, portanto, é a de saber por que o Brasil não conseguiu realizar o “salto” que tinha sido feito pelo Japão e, mais recentemente, pela Coreia do Sul (que, em 1960, ostentava exatamente a metade da renda per capita dos brasileiros, quando hoje os coreanos os superam quase três vezes). É um fato que, no curso de seu processo de industrialização, o Brasil conseguiu diminuir a distância em relação aos países mais avançados, mas esta aumentou recentemente, em virtude do fraco crescimento desde a crise dos anos 1980 e a hiperinflação que se seguiu. A distribuição interna da renda continuou a ser muito desigual, tanto por causa da inflação, quanto em função do baixo nível de educação formal da maior parte da população. Mesmo continuando a ser sobretudo um exportador de produtos primários e de manufaturados simples, o Brasil situa-se entre as dez primeiras economias mundiais, prometendo desempenhar um papel decisivo no âmbito dos países emergentes. Ele já representa a metade da economia sul-americana e tornou-se um ator importante nas negociações comerciais internacionais.

O processo de estabilização, começado com o Plano Real (1994), coincidiu com a abertura econômica – privatizações, desregulamentação, diminuição do papel do Estado – e a liberalização comercial unilateral e no âmbito do Mercosul (o projeto de mercado comum do Cone Sul). Apesar dessas reformas, o Brasil continua a ocupar uma pequena fração do comércio internacional – cerca de 1% do total – e a depender do know-how estrangeiro e de tecnologia importada. Na verdade, o Brasil se apresenta, hoje, como um país totalmente industrializado, ao mesmo tempo em que preserva traços sociais típicos de uma formação pouco desenvolvida, com diferenças importantes entre as classes sociais e uma grande concentração da renda, fenômenos devidos sobretudo às deficiências educacionais.

Ao comparar os dois momentos escolhidos para este exercício de retroprojeção histórica, 1910 e 2010, no contexto do sistema internacional em cada época, este trabalho pretende discutir as condições do desenvolvimento econômico, tratando de separar, de um lado, tanto os elementos estruturais quanto os contingentes e, de outro lado, os papéis respectivos do sistema internacional e da liderança nacional no processo de desenvolvimento econômico e social. Não é certo, por exemplo, que o Brasil, que possui seguramente um

capitalismo industrial muito avançado no interior de suas fronteiras, tenha conseguido construir um sistema integrado, do ponto de vista político e social, que possa ser comparado ao do capitalismo avançado: a pobreza, a injustiça social, a corrupção política, o mau funcionamento dos poderes do Estado, são ainda muito presentes na atualidade do Brasil, para considerar que ele já pode ser integrado a clubes restritos como a OCDE ou um G7 ampliado. Ele ainda permanece no meio do caminho, meio desenvolvido, meio subdesenvolvido, apresentando traços de modernização e de atraso, em vários terrenos da vida econômica, política e social.

Do ponto de vista histórico, estamos certamente em face de um caso único e original, como o são tantas outras experiências conhecidas de desenvolvimento econômico e social. No plano econômico, entretanto, a especificidade brasileira, tanto empírica quanto teórica, está sendo dissolvida na “normalidade” da globalização capitalista, com sua inserção crescente na interdependência da economia mundial de mercado e na adoção de políticas econômicas próximas da corrente ortodoxa. Muitos dos problemas que enfrentavam, em 1910, as elites brasileiras, parecem ainda desafiar suas elites atuais. A questão permanece, portanto, a mesma: serão elas capazes de superar o não-desenvolvimento brasileiro? A questão crucial deste estudo de caso, entretanto, não é a das desigualdades em nível mundial, ou seja, a distância que separa o Brasil dos países avançados em termos econômicos, mas principalmente as distâncias sociais no interior de suas próprias fronteiras, quais sejam, as desigualdades de renda da população, de chances de trabalho digno e, em especial, de formação educacional nas diferentes camadas da população.

O Brasil em 1910: uma sociedade agrária atrasada, com vocação industrial

No começo do século 20, o Brasil era uma sociedade agrária atrasada, com ilhas de comércio e de indústria ao longo da costa atlântica. Suas únicas riquezas reais eram os poucos produtos de exportação retirados de seus recursos naturais, os mesmos do período colonial (à exceção da borracha, uma febre temporária que agitou durante menos de meio século a região amazônica). Café, açúcar, carnes e couros, mate, algodão e alguns outros produtos primários compunham uma lista de exportações dominada a mais de 80% pelo café (que respondia também pela maior parte das receitas do Estado). Do ponto de vista político, o Brasil era formalmente democrático; na verdade, era uma república oligárquica, com uma aristocracia latifundiária que dominava o sistema político, cujo presidente era eleito com no máximo 1% dos votos dos cidadãos (o corpo eleitoral era composto exclusivamente pela população masculina, à exclusão dos analfabetos, que perfaziam, ainda, mais da metade da população).

A noção de democracia, evidentemente, estava restrita a uma superestrutura formal, puramente institucional, com uma representação política limitada às camadas superiores da sociedade.

No plano social, essa mesma elite política estava ativamente engajada no “branqueamento” da população, favorecendo a imigração de agricultores europeus, com uma abertura temporária aos japoneses. Tendo preservado a escravidão até o final da monarquia, a elite não tinha ainda inventado a noção de “democracia racial” pela qual o Brasil pretendia se distinguir do racismo ordinário praticado nos Estados Unidos. Do ponto de vista econômico, o atraso do Brasil era enorme, tanto em relação ao gigante norte-americano, que, nessa época já tinha se convertido na primeira potência industrial do planeta, quanto vis-à-vis da vizinha Argentina, uma sociedade agrícola e pastoril muito dinâmica, cuja renda per capita se aproximava ou suplantava a de vários países europeus. De fato, a performance relativa desses países pode ser avaliada, não tanto pela produção bruta – uma medida grosseira da capacidade produtiva dos países, mas que não leva em conta as dotações relativas dos fatores ou os níveis de produtividade – mas pela renda per capita, uma medida mais adequada de prosperidade, ou da riqueza real de sua população, e isso em sua evolução cumulativa durante um longo período (Barro; Sala-i-Martin, 2003).

A distância entre os Estados Unidos e o Brasil era apenas o dobro no começo do século 19: segundo os cálculos de Angus Maddison (2001b), a renda per capita dos americanos era, em 1820, de US\$ 1.257 (em dólares de 1990), contra somente US\$ 646 para o Brasil, ou seja, pouco mais da metade. Cem anos depois, a defasagem econômica tinha crescido cinco vezes mais: em 1909, com um renda per capita de apenas US\$ 776 – o que demonstra a quase imobilidade do Brasil em termos de produtividade durante todo esse período agroexportador – o valor brasileiro perfazia apenas 15% da renda dos americanos, então estimado em US\$ 5.017 por pessoa. Em contrapartida, a Argentina tinha conseguido chegar ao máximo de seu sucesso histórico em termos de crescimento, com uma renda per capita de US\$ 3.669, ou seja, mais de 73% daquela dos americanos (e cinco vezes superior à dos brasileiros). A distância entre os Estados Unidos e o Brasil agravou-se ainda mais, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, quando o afastamento do primeiro em relação ao segundo país chegou ao seu valor máximo de 6,5 vezes, para diminuir ao longo das décadas seguintes (Maddison, 2009).

A razão desse fraco desempenho do Brasil em relação aos Estados Unidos está, evidentemente, nas diferentes taxas de crescimento cumulativo durante a período da República oligárquica no Brasil (1890-1930): entre a primeira data e a grande crise de 1929, o

país sul-americano conheceu taxas medíocres de 0,92% ao ano, enquanto os Estados Unidos progrediam à uma taxa cumulativa anual de 1,83% per capita real, isto é, deduzida a inflação (Maddison, 2001b). A dinâmica econômica melhorou sensivelmente depois, mas, devido ao seu crescimento demográfico até os anos 1980, o Brasil não conseguiu diminuir a distância em relação ao gigante norte-americano.

Independentemente, porém, da distância entre as médias nacionais de renda per capita, os fatores verdadeiramente cruciais que podem distinguir o Brasil em relação a outros países não se situam em seus níveis de desenvolvimento econômico enquanto tais, mas nos graus respectivos de produtividade, que são quase uma função direta da capacidade educacional em cada país. Com efeito, o processo de industrialização conhecido no Brasil a partir de 1930 logrou elevar sua base material a um nível menos distante daquela dos países avançados, em comparação ao cenário existente, em termos de possibilidades produtivas, no começo do século 20, quando o Brasil ainda era um arquipélago de pequenas indústrias pouco desenvolvidas, em meio a uma paisagem agrícola muito atrasada. Entretanto, a distância ainda é enorme, se a medida de comparação é feita a partir dos níveis de educação, tanto do ponto de vista quantitativo que no plano do desempenho qualitativo.

Do ponto de vista da educação de massa, a situação do Brasil não poderia ser mais deplorável no começo do século 20, em relação não apenas aos países desenvolvidos, mas também em relação à Argentina e ao México, os dois países latino-americanos com os quais é possível fazer uma comparação. De acordo com dados coletados pelo economista Richard Easterlin (1981), em 1900, no momento em que o Brasil consolidava seu regime republicano, a taxa de matrículas na escola primária era de apenas 258 estudantes para cada 10.000 habitantes, vis-à-vis as taxas de 1.969 estudantes para os Estados Unidos e de 1.576 para a Alemanha; mas já eram de 808 para a Argentina e de 457 para o México. Para ser mais preciso, o Brasil não conseguiu alcançar um nível de cobertura quantitativa em matéria de ensino primário comparável ao dos Estados Unidos no começo do século 19 (em 1820, aproximadamente) antes dos anos 1970, ou seja, cerca de 150 anos depois.

Num outro plano, o da integração à economia mundial, o Brasil também marcou passo, em função de suas reações tímidas em relação às demandas – internas e externas – de abertura econômica e de liberalização comercial. Mesmo apresentando um coeficiente de abertura econômica – isto é, a parte do comércio exterior na formação do PIB – relativamente satisfatória durante o século 19 e o começo do seguinte, em função de sua agricultura de exportação e de suas amplas necessidades de importações, o Brasil era um dos países mais protecionistas do mundo, anteriormente por razões essencialmente fiscais – isto é, os

requerimentos do Estado em receitas do comércio exterior, sua única fonte de renda –, mais tarde em função de seus instintos introspectivos em matéria de industrialização.

Vinte e um anos antes de 1910, o Secretário de Estado James Blaine tentava vender aos países latino-americanos a ideia de uma zona de livre comércio – mais exatamente “*an hemispheric customs union*” – quando da primeira conferência internacional americana, realizada entre Novembro de 1889 até Março de 1890 (justo no momento em que o Brasil passava de um regime monárquico a um republicano). Devido à resistência do Brasil e da Argentina, o projeto teve tanto “sucesso” quanto seu sucedâneo de um século mais tarde, a *Free Trade Area of the Americas*, proposta pelos presidentes Bill Clinton e George Bush: os dois países sul-americanos temiam, tanto antes quanto depois, perder sua soberania econômica, se suas empresas tivessem de enfrentar as potentes companhias e os prodígios tecnológicos do gigante do Norte.

Existiam, evidentemente, razões mais imperiosas para isso, e elas se situavam quase todas no protecionismo extensivo que estes dois países praticavam desde muito tempo contra o ingresso de produtos estrangeiros. Com efeito, o Brasil e a Argentina estavam entre os países ostentando as tarifas alfandegárias mais elevadas do mundo, como se pode constatar por meio da tabela abaixo:

Tarifas alfandegárias nacionais comparadas, 1865-1910

(Média tarifária à partir das receitas de importações sobre as importações totais)

Ano	G.-B.	EUA	Alem.	França	Japão	Argent.	Brasil
1865	8,3	33,7	3,7	4,7	4,9	17,5	25,7
1870	7,1	40,9	3,7	2,9	1,8	24,6	31,0
1880	4,7	30,1	5,8	5,2	7,1	26,4	37,2
1890	4,8	26,6	8,8	8,0	5,4	33,4	39,4
1896	4,8	20,7	10,1	10,7	2,6	23,9	35,4
1900	4,6	27,0	8,1	8,8	5,8	26,5	30,1
1905	6,4	25,1	8,8	8,6	7,0	23,9	49,3
1910	4,5	21,0	7,4	8,2	7,8	21,6	41,9

Fonte: Clemens-Williamson, 2001.

Com exceção do imediato pós-guerra civil nos Estados Unidos – quando as necessidades da reconstrução determinaram uma elevação notável das tarifas alfandegárias, a fonte principal de renda para a administração federal –, o Brasil e a Argentina, durante todo o período considerado (e mesmo depois, no século 20), foram os verdadeiros campeões mundiais do protecionismo tarifário, sem mencionar todas as demais políticas restritivas, baseadas em limitações quantitativas e no conceito de ‘similar nacional’ (caso no qual a importação era simplesmente proibida). Os argumentos em favor da proteção comercial nos

dois países não eram muito diferentes daqueles usados por Alexander Hamilton nos Estados Unidos ou por Friedrich List na Alemanha, mas é evidente que as outras condições para o impulso industrial e o desenvolvimento econômico estavam longe de se encontrar disponíveis no Brasil e na Argentina, especialmente do ponto de vista fiscal, monetário, cambial, ou, ainda mais importante, no nível da capacidade de inovação técnica, dada a falta de recursos humanos, especialmente no Brasil.

Uma possível fonte de inovação técnica e de capacitação humana foi relativamente perdida, no Brasil, em relação às políticas mais atrativas implementadas na Argentina e, sobretudo, nos Estados Unidos: a imigração, fortemente estimulada nesses dois últimos países, e sujeita a medidas erráticas no Brasil republicano, depois de ter sido desencorajada durante quase todo o século 19 pela manutenção do sistema de trabalho escravo. Mas já em 1910, o impulso migratório surgido no início imediato da República tinha sido erodido, e os volumes eram derrisórios em relação aos fluxos maciços que se dirigiam aos Estados Unidos e à Argentina, os campeões da imigração europeia nas Américas, à exceção talvez dos ingleses em direção ao Canadá.

O Brasil em 2010: uma indústria desenvolvida, com uma base social atrasada

É verdade que, pouco depois, no entre guerras, a evolução nos terrenos do comércio e da imigração iria tornar-se negativa, um pouco em quase todos os países, sobretudo a partir da crise deslanchada em 1929 e agravada após 1931. Tendo sido o mais aberto dos países, desde o período colonial, a todos os tipos de imigração, os Estados Unidos começaram a restringir o livre afluxo de candidatos no começo da terceira década do século 20, primeiro contra os asiáticos, em seguida contra todas as demais nacionalidades, segundo um sistema de quotas baseadas no estoque de cada nacionalidade já presente nos países. O Brasil copiou as mesmas políticas restritivas e também introduziu quotas nacionais desde os anos 1930: assim como no caso do protecionismo comercial, não poderia ter havido medida mais negativa do ponto de vista do desenvolvimento nacional, e ainda hoje o Brasil mantém essa política cega, ou míope, de restrição à imigração.

Não obstante a mesma miopia mantida durante muito tempo, os Estados Unidos continuam a ser, absolutamente – mas não proporcionalmente, em relação ao Canadá e a Austrália, por exemplo – o país o mais aberto aos músculos e cérebros de todas as partes do mundo. Esta característica única, e admirável, permite explicar, provavelmente, o vigor, a flexibilidade, a solidez e a inventividade formidável da economia americana, uma performance revelada pelo número excepcionalmente elevado dos prêmios Nobel capturado

pelo seu establishment científico na atualidade (aliás, confirmado no terreno tecnológico, sob a forma dos iPods, iPhones e iPads).

Não é necessário lembrar que o Brasil, durante quase todo o século 20, confirmou sua preferência por “agricultores” e sua resistência em aceitar “mercadores” – entre eles, os judeus – ou outros tipos de candidatos à imigração possuindo especializações “urbanas”. Ainda hoje, ele parece pouco disposto a abrir suas fronteiras a candidatos de países vizinhos – mesmo sendo o Mercosul um ‘projeto estratégico’ – assim como continua a impor critérios financeiros aos candidatos à imigração livre, como se o capital pudesse ser ainda medido em termos monetários (barrando, assim, o simples detentor de um diploma de doutor). Se existir um concurso mundial de atração de cérebros, os Estados Unidos são capazes de chegar em primeiro lugar, já que eles acolhem todos os tipos de pesquisadores, de todas as partes do mundo. Ao contrário, o Brasil continua a praticar um nacionalismo educacional e científico que está em contradição com as exigências de um sistema moderno de pesquisa científica.

O mesmo fechamento aos influxos e à competição estrangeira é encontrado no terreno comercial e na política de investimento direto estrangeiro. Ainda que colocando em vigor uma política protecionista, de direito e de fato, durante as primeiras fases de sua consolidação enquanto máquina industrial poderosa, os Estados Unidos abraçaram vigorosamente o livre comércio multilateral e não discriminatório depois da Segunda Guerra, contribuindo assim a promover um dos mais duráveis períodos de crescimento econômico na história mundial. Não ocorreu o mesmo com o Brasil e a maior parte dos países latino-americanos, que se revelaram os mais entusiastas defensores do protecionismo *à la* List e das subvenções defensivas em seus processos de industrialização substitutiva, fortemente marcadas por um keynesianismo exagerado, que, sob a influência intelectual de Raul Prebisch, confundiu as tarefas emergenciais de orientação contra-cíclica com uma política econômica voltada para o desenvolvimento.

Não é certamente surpreendente constatar que os dois países, o Brasil e a Argentina, continuaram a ser os campeões das tarifas alfandegárias proibitivas, além de terem implementado um conjunto heteróclito de políticas econômicas – em especial setoriais, a exemplo da indústria, mas também no terreno macroeconômico – que contribuíram para distorcer os preços relativos, aumentar as desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que provocavam derrapagens inflacionistas, que constituíram, aliás, um dos motivos da concentração anormal de renda que os caracterizou (com a persistência da miséria e da corrupção política).

Tendo começado ou se consolidado a partir dos anos 1930, o fechamento econômico,

a aversão ao capital estrangeiro e o excesso de proteção comercial foram as características dominantes na América Latina, políticas mantidas durante mais de meio século, após o que elas foram substituídas por medidas mais liberais, bem mais por exaustão de suas supostas virtudes do que por uma mudança de convicção dos atores principais (os industriais, os intelectuais universitários e os tecnocratas do Estado). Com efeito, como se pode constatar na tabela abaixo, correspondendo ao período do entre guerras, com exceção da Alemanha nazista, explicitamente autárquica e nacionalista, e da Grã-Bretanha em crise – com seu projeto de “preferência imperial”, a partir da conferência de Ottawa, em 1932 –, os dois latino-americanos do Cone Sul persistiram no protecionismo comercial, que aliás fazia parte de suas políticas industriais. No caso do Brasil, a diminuição relativa da proteção se deve não a qualquer mudança liberalizante, mas à erosão monetária das tarifas específicas, que se descolavam dos valores das faturas de importação, o que não ocorria com as tarifas *ad valorem*.

Tarifas alfandegárias nacionais comparadas, 1926-1940

(Média tarifária à partir das receitas de importações sobre as importações totais)

Ano	G.-B.	EUA	Alem.	França	Japão	Argent.	Brasil
1926	8,3	13,4	9,4	2,5	6,2	15,5	21,5
1929	9,7	13,5	8,2	7,5	6,7	17,0	26,0
1931	14,1	17,8	17,1	13,8	9,0	26,5	30,8
1932	19,4	19,6	23,8	17,5	7,6	27,2	31,6
1933	24,0	19,8	25,5	15,4	6,0	25,7	30,8
1935	24,5	17,5	30,1	16,9	6,2	23,2	22,9
1937	20,6	15,6	29,0	16,4	5,2	21,4	22,1
1940	22,7	12,5	28,2	16,1	4,4	15,9	19,7

Fonte: Clemens-Williamson, 2001.

Para ser mais preciso, o forte protecionismo comercial subsistiu, ainda que em menor proporção, mesmo com a abertura relativa dos anos 1980 e 1990, a partir dos processos de integração regional que estimularam uma modesta flexibilização nas políticas de investimento estrangeiro. Ocorreram, inclusive, em certos casos, mudanças no nacionalismo estatizante, com privatizações de companhias públicas e desmantelamento dos monopólios de Estado. A anarquia monetária e a febre das emissões – com suas consequências imediatas em termos de inflação e de fuga do capital nacional – certamente recuaram, ainda que o peso e o papel do Estado se mantêm sob novas roupagens, por vezes travestidos em linguagem liberal. Isto se deve a que, da parte da sociedade, sobretudo dos industriais e dos intelectuais de esquerda, os apelos continuam fortes na demanda por ‘políticas públicas’ (sobretudo ‘sociais’) e em favor de tarefas de ‘planejamento’ ou de indução pelo Estado, supostamente encarregado de

‘corrigir os desequilíbrios da economia de mercado’ e as ‘desigualdades provocadas pelo capitalismo’ (quando é frequentemente o próprio Estado que provoca a concentração de renda em favor dos mais ricos).

A despeito desses fatores negativos, o Brasil logrou constituir, sobretudo no período tecnocrático do governo militar, uma estrutura industrial inédita para os padrões do Terceiro Mundo. Na verdade, no aspecto industrial, o Brasil não pode mais ser considerado um país do Terceiro Mundo; ao contrário: exibindo a modernidade tecnológica pelo lado do setor aeronáutico e de um dos mais avançados exemplos de agronegócio numa latitude tropical, o Brasil moderno supera vários países da OCDE em competitividade industrial e agrícola, mesmo se ele permanece um importador líquido de tecnologia avançada e de know-how, dada a pequena integração entre o seu establishment científico – majoritariamente universitário, mas ainda assim acompanhando o estado da arte internacional em capacitação básica – e os laboratórios industriais, ainda dependentes de aquisições no exterior.

O aspecto provavelmente mais negativo da ‘modernidade’ brasileira – além da persistência histórica das desigualdades sociais e regionais na distribuição de renda – está representado pela má qualidade da educação pública, que é o resultado das últimas décadas de negligência oficial na formação de professores e de forte concentração dos recursos no ensino superior, numa inversão completa das prioridades consideradas normais em quase todos os países. Portanto, se, finalmente, depois de mais de um século de atraso dramático nesse terreno, o Brasil conseguiu quase se igualar, no plano puramente quantitativo, aos países mais avançados, as deficiências no plano qualitativo permanecem enormes (e visíveis) e não parecem estar no caminho de sua redução. Os dados oficiais e as avaliações internacionais confirmam que um número elevado de estudantes desistem antes do final do curso – no final ou mesmo antes da conclusão do primeiro ciclo – e que os resultados brasileiros são catastróficos quando comparados com aqueles obtidos por outros países no âmbito do PISA da OCDE.

Ao cabo de todos esses processos, a distância em renda per capita em relação aos países mais avançados não recuou dramaticamente, *pari passu* aos progressos da industrialização. Com base em dados homogêneos, como aqueles processados pelo economista Angus Maddison (2009), pode-se constatar que a renda dos brasileiros permanece ainda num patamar inferior a 20% daquela dos americanos, mesmo se a distância em relação à Argentina diminuiu sensivelmente – para menos de um terço acima do Brasil. Mas isto é mais devido ao surpreendente recuo desse país, a partir dos anos 1960, do que ao rápido progresso do Brasil, afetado, do seu lado, por crises recorrentes desde os choques do petróleo

e da dívida externa, nos anos 1970 e 1980, seguida de duas décadas de estagnação ou de crescimento medíocre, passando pelas crises financeiras dos anos 1990, para chegar na lenta estabilização do plano Real, a partir de 1994, com as correções introduzidas em 1999 (sobretudo no plano cambial).

O caso mais dramático, obviamente, é o da Argentina, o país mais rico da América Latina um século antes, convertido depois em mera sombra do seu passado. De uma paridade situada em 70% do PIB per capita dos americanos, os argentinos recuaram a menos de 30% atualmente, numa demonstração rara na história econômica mundial – salvo, talvez, para a China, desde o século 18, e no caso da Grã-Bretanha, nos primeiros 80 anos do século 20 – de uma decadência exemplar sob qualquer aspecto. A história provavelmente ainda não colocou sua última palavra no que se refere ao declínio da Argentina, mas, à diferença do Brasil, o país platino, aparentemente dominado ainda pelo fantasma peronista, possui uma incrível capacidade de reincidir nos mesmos erros de um passado ainda recente, repetindo as más experiências em matéria de políticas econômicas – inflação, controle de preços, monopólios do Estado, subsídios e proteção – cujas lições, aparentemente, foram incorporadas adequadamente do lado do Brasil. A Argentina, na verdade, constitui um exemplo notável de um país bem dotado pela natureza, que conseguiu educar o seu povo, mas que insiste em perder todas as suas oportunidades de desenvolvimento.

O Brasil não foi muito mais inteligente em certos momentos de sua história: mesmo na atualidade, ele deixou passar a fase mais vigorosa de crescimento da economia mundial, que poderia ser aproveitada para ajustar definitivamente – ou pelo menos decisivamente – a situação da dívida pública interna e do equilíbrio fiscal, muito precário atualmente, assim como para continuar as privatizações e os investimentos em logística e em equipamentos sociais. Ele não o fez e a crise mundial pode dramatizar os desequilíbrios das contas públicas. Ao contrário: o governo Lula aumentou dramaticamente o número de servidores do Estado, concedeu aumentos importantes às mesmas categorias e comprometeu o Tesouro com despesas obrigatórias para os próximos 40 anos, o que diminui a capacidade de investimento do Estado (que já é medíocre). Haverá um preço a pagar em função da negligência fiscal e da prodigalidade salarial do setor público. A responsabilidade, obviamente, compete a suas elites – de todos os tipos, inclusive a aristocracia sindical, que ocupou boa parte do poder desde 2003 – que exibem, quase todas, um excepcional comportamento ‘rentista’.

O Brasil ao longo do século 20: um balanço qualitativo

Visto em dois momentos de seu processo de modernização econômica e social, em 1910 e em 2010, o Brasil apresenta um retrato contraditório, feito de progressos materiais, de melhoramentos institucionais, mas também de sobrevivências políticas de uma outra era e de resistências às mudanças que se refletem na formidável desigualdade social vis-à-vis os progressos reais do lado industrial, ou simplesmente produtivo (que compreende, também, uma agricultura moderna e competitiva, depois de tantos atrasos acumulados durante tanto tempo).

Esquematizar um quadro dessas rupturas e persistências equivale a um passeio através de várias idades ‘geológicas’ nos planos econômico, político e social. De fato, vários estudiosos do Brasil, entre os quais Caio Prado Júnior (1949) e Charles Morazé (1954), já tinham registrado essa característica, não especificamente brasileira, de ser capaz de se transformar ao mesmo tempo em que são preservados traços de um passado por vezes longínquo, seja na mutação das oligarquias políticas – sempre renovadas, mas ainda oligárquicas –, seja na manutenção de estruturas econômicas e sociais herdadas de seu passado colonial ou monárquico. Este é o caso, por exemplo, da concentração da propriedade ou da renda, dois aspectos que são vinculados mas não necessariamente derivados dos mesmos mecanismos de criação e de redistribuição da riqueza social. Basta notar, por exemplo, que perto de dois quintos da riqueza criada no Brasil passa pelos cofres – nem sempre inacessíveis – do Estado; este possui, assim, uma grande capacidade de orientá-la para certos grupos sociais (e para várias outras categorias de fregueses costumeiros do Estado).

É possível, assim, dizer que o Brasil é uma economia “desenvolvida”, tendo conseguido ‘acabar’ seu processo de industrialização, mesmo se mantendo, ainda, uma sociedade atrasada do ponto de vista social e educacional, o que é demonstrado por seus indicadores sociais setoriais. O itinerário de ‘acabamento’ do processo de industrialização permitiu completar o desenvolvimento do Brasil no plano material, o que autoriza a dizer que, do ponto de vista técnico e empresarial, este fato representa um sucesso razoável. O Brasil situa-se, nesse plano, do lado dos vencedores, mesmo se no aspecto social os resultados são bastante magros.

Caso se faça um exercício de comparação internacional, se poderia dividir os países mais importantes em dois grupos: os que conseguiram se reposicionar de maneira satisfatória na ordem internacional, e os que perderam terreno ou que simplesmente estagnaram na escale do desenvolvimento. Nesse particular, é preciso notar, em primeiro lugar, o desempenho mais que satisfatório de vários países asiáticos, com distinção para os chamados “tigres” (Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e alguns outros) e, mais recentemente, a China, para nada dizer dos

países do arco cultural anglo-saxão (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Irlanda). A Índia veio juntar-se, desde os anos 1992, ao pelotão de países exibindo taxas elevadas de crescimento econômico, mas ela possui ainda enormes bolsões de miséria e de desigualdades internas, regionais e sociais, que constituem formidáveis desafios a suas elites dirigentes.

Um segundo grupo comporta países já desenvolvidos, que não necessariamente regrediram, mas que apresentaram um crescimento medíocre ao longo do período recente, bloco no qual se inserem vários países europeus e o Japão. As antigas economias socialistas, em transição para o capitalismo, conheceram um desempenho variado, com casos de progresso rápido – como a República Tcheca, por exemplo – e outros em declínio relativo (a Rússia, durante uma boa parte dos anos 1990, mas sempre dependente de algumas matérias primas, como o petróleo e o gás). A América Latina também conheceu um itinerário pouco satisfatório, pois ademais do crescimento reduzido – a exceção notável sendo o Chile – e das crises recorrentes, de natureza política, econômica e social, ela manteve contingentes elevadas de grupos sociais nos escalões mais baixos do progresso social, assim como conservou suas características mais tradicionais de desigualdade social, com destaque para o grau anormalmente elevado de concentração da renda. Finalmente, no capítulo da estagnação, ou mesmo do fracasso, pode-se enquadrar alguns países muçulmanos (nem todos no Oriente Próximo) e a maior parte dos países africanos, em especial os da região subsaariana, com poucas exceções.

Como regra geral, os países que tiveram sucesso no plano do crescimento econômico e do desenvolvimento social lograram combinar aspectos variados de um *mix* de políticas macroeconômicas que poderiam ser resumidas nos elementos seguintes: (a) uma macroeconomia estável, previsível e favorável aos negócios, isto é, inflação moderada, responsabilidade fiscal, regras do jogo transparentes e impostos reduzidos sobre o sistema produtivo; (b) um ambiente concorrencial no nível dos mercados, com ausência de barreiras à entrada de novos participantes e contenção adequada das tendências à concentração capitalista; (c) uma boa governança, o que significa instituições funcionais no plano da representação política, independência dos poderes, um judiciário autônomo e eficaz, um executivo blindado contra a corrupção, os grupos privilegiados e os interesses especiais; (d) investimentos importantes em capital humano, garantindo uma boa qualidade da educação de base, a capacitação técnica da força de trabalho e uma crescimento progressivo das despesas em ciência e tecnologia, o que supõe uma interação satisfatória entre os setores público e privado nos sistemas nacionais de pesquisa e desenvolvimento; finalmente, (e) uma maior

abertura às trocas globais, ou seja, a promoção das exportações e das importações, atração de investimentos diretos estrangeiros e uma taxa de câmbio favorável e competitiva; isto não quer dizer, necessariamente, aderir à uma filosofia liberal ou abrir completamente a economia, mas significa participar ativamente das correntes mais dinâmicas do comércio internacional.

Retendo estes cinco critérios enquanto requisitos de um processo sustentado de crescimento econômico, é possível de fazer uma avaliação qualitativa do itinerário brasileiro tendo em vista esses aspectos desde 1910. O adjetivo ‘qualitativo’ não deve significar que se pretende subtrair à uma verificação empírica cada um desses elementos: seria útil compilar dados objetivos sobre todos os aspectos considerados, seguindo sua evolução ao longo do século. Isto requereria, entretanto, desenvolvimentos mais amplos do que o factível de apresentar nos limites deste trabalho. É, contudo, possível traçar a evolução do Brasil, de maneira sintética, em cada um dos elementos retidos acima.

Sob o primeiro aspecto, não é ignorado pela maioria dos historiadores econômicos que o Brasil só vivenciou a estabilidade macroeconômica depois da introdução do plano Real, em 1994, que foi ainda submetido a fortes turbulências quando dos anos de crises financeiras e de transição política (respectivamente em 1995-1999 e em 2001-2002). Desde 1910, o país mudou seis vezes de moeda, sob o impacto de ciclos recorrentes de inflação que, no cômputo final, se elevou a vários quatrilhões por cento. Os governos, com poucas exceções, nunca observaram rigor fiscal compatível com a modesta capacidade de poupança da população e recorreram frequentemente ao endividamento externo como substitutivo a uma boa gestão das contas nacionais. O peso da dívida, por um lado, e a dependência do petróleo importado, por outro, sempre exerceram forte pressão no balanço de pagamentos, levando o país várias vezes aos escritórios dos banqueiros ou a negociações forçadas com o FMI. Numa outra vertente, a modesta capacidade endógena em capitais e perícia técnica levou, sobretudo durante o regime militar, a uma expansão exagerada do Estado, que consegue se apropriar, atualmente, de parte substancial da renda nacional, com uma carga tributária proporcionalmente mais pesada sobre as camadas mais pobres e sobre os empresários.

Sob o aspecto do ambiente competitivo, não é propriamente um segredo, tampouco, que a economia brasileira é dominada por cartéis e monopólios, públicos e privados, cuja consequência mais visível é o preço exagerado que os cidadãos devem pagar pela maior parte dos bens e serviços, a começar pelos setores explorados por companhias estatais ou privadas em regime de concessão (transportes, comunicações em geral), mas também em setores ditos “estratégicos” (aço, cimento, petróleo, etc.). O governo é o maior responsável por esta

regulação restritiva da concorrência e pela seleção de “campeões” nas indústrias de base e nos bens e serviços coletivos.

O capítulo governança não requer longos desenvolvimentos para demonstrar a instabilidade política e a má qualidade das instituições democráticas desde o começo da República. Depois de 80 anos de parlamentarismo monárquico – uma democracia de fachada, já que escravagista e falsamente aristocrática – a República levou a um excesso de regionalismo oligárquico e à deterioração das finanças públicas: no seguimento das revoltas militares nos anos 1920, o populismo de Vargas – com uma ditadura no meio – dominou o sistema político durante quase um quarto de século, criando novas fontes de instabilidade que resultaram em uma nova ditadura, desta vez militar. Essas duas ditaduras (1937-1945 e 1964-1985) permitiram, contraditoriamente, a modernização do aparelho de Estado, o grande promotor da industrialização nacional. A herança menos satisfatória foi a concentração do poder político e o afastamento dos representantes do “povo” em relação aos representados, alimentando a corrupção e as práticas duvidosas.

Não é preciso sublinhar, em contrapartida, as consequências nefastas que a negligência em relação ao ensino fundamental tiveram sobre a má qualidade do material humano no Brasil e seus efeitos sobre a produtividade da mão-de-obra – verdadeiramente marginal em face dos requisitos de uma indústria moderna – e, em especial, sobre a concentração da renda. Este aspecto é provavelmente o mais grave dentre todas as deficiências da sociedade brasileira, na medida em que ele compromete seriamente as chances de crescimento sólido num momento em que o Brasil atravessa sua fase de “bônus demográfico”, isto é, a relação mais favorável entre os ativos e os dependentes em toda a história da sociedade nacional: esta oportunidade será presumivelmente perdida, por causa da falta de preparação da força de trabalho no Brasil (o que prefigura uma situação complicada para as contas públicas no futuro, tendo em vista os custos acrescidos nas aposentadorias).

Finalmente, não se ignora, tampouco, que o Brasil é ainda um país relativamente fechado ao comércio e aos investimentos estrangeiros e que seu processo de abertura econômica e de liberalização comercial não foi levado a termo. Mesmo o Mercosul, uma experiência regional considerada estratégica no plano da política externa, ainda não conseguiu completar sua etapa de união alfandegária, condição essencial para passar à fase de construção de um mercado comum, que era a intenção inscrita no projeto original. Na verdade, desde a primeira e única experiência de abertura comercial, no começo dos anos 1990, as práticas defensivas e o protecionismo disfarçado foram reforçados, no Brasil e no Mercosul (sendo que a Argentina é a maior responsável por esses recuos). Todo economista

sabe que o comércio é uma das principais alavancas do progresso tecnológico e dos ganhos de produtividade, pela via da competição e da importação indireta – ou direta, pelo licenciamento de patentes –, e que, por outro lado, os investimentos diretos desempenham o mesmo papel de maneira ainda mais rápida.

A fratura ideológica das políticas de desenvolvimento

Constitui uma das grandes ironias da História que os únicos países que conseguiram consolidar um processo do desenvolvimento sustentado tenham sido os asiáticos; foram os mesmos que tinham sido condenados à miséria quatro ou cinco décadas atrás por economistas do tipo de Gunnar Myrdal, caso eles não seguissem prescrições de crescimento pela via da planificação integral pelo Estado (Myrdal, 1968). É uma outra ironia do destino que a Índia não tenha efetivamente decolado para o crescimento rápido que quando finalmente decidiu abandonar as recomendações de Myrdal em favor do planejamento centralizado e do controle estatal de “setores estratégicos”; e também quando começou a se abrir à iniciativa privada e aos investimentos estrangeiros, deixando de lado o papel de guia e promotor do Estado.

A discussão se desloca então para os modelos ideais de desenvolvimento (ditos ideais no sentido weberiano de “ideal-típico”, não que eles sejam suscetíveis de existir em exclusividade ou num vazio sistêmico). Esses modelos, mesmo se isto pode parecer uma simplificação, podem ser alinhados em dois polos de conjunção de interesses e de valores nos terrenos econômico e político, ou seja: a escola liberal (que tende a colocar a ênfase sobre o poder dos mercados) e a escola intervencionista (que reconhece o poder dos mercados mas que insiste em que eles não são capazes de se corrigir a si mesmos, nem de distribuir os ganhos e as perdas de maneira equilibrada ou equitativa, necessitando, portanto, da ação do Estado). Esse tipo de maniqueísmo é, obviamente, extremamente redutor, sobretudo quando se trata de políticas públicas (macroeconômicas ou setoriais), terreno no qual os governos tendem a ser bem mais pragmáticos do que ideológicos.

De fato, na maior parte dos casos, o pragmatismo econômico tende a prevalecer, com uma combinação adequada de “receitas” de uma ou outra escola, segundo as necessidades e conveniências do momento. As circunstâncias podem tornar os homens – inclusive os homens públicos – um pouco mais inteligentes do que eles eram no começo do processo de aprendizado, mas pode-se acreditar, também, que um boa formação acadêmica (com uma ênfase particular sobre a cultura histórica e um pouco de treino econômico) pode ajudar na tarefa de bem administrar um país.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?”, *Meridiano 47*, n. 114, janeiro 2010, p. 8-17; ISSN: 1518-1219; link: <http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v11n1a03.pdf>.
- _____. “O fim do desenvolvimento (agora só falta melhorar socialmente o Brasil)”, *Intellector*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, v. 1, n. 2, jan/jun. 2005, disponível no link: <http://www.4shared.com/file/6388387/6f93ba6f/pauloralmeida.html>.
- BARRO, Robert; SALA-I-MARTIN, Xavier. *Economic Growth*. 2ª ed.; Cambridge, MA: The MIT Press, 2003.
- CLEMENS, Michael; WILLIAMSON, Jeffrey. “A Tariff-Growth Paradox?: Protection’s Impact the World Around, 1875-1997”; NBER Working Paper n. 8459, September 2001 (Import Duties over imports, 35 countries, 1865-1950); disponível no link: <http://www.nber.org/papers/w8459>.
- EASTERLIN, Richard A. “Why isn’t the whole world developed?”, *Journal of Economic History*, 41(1):1-19, 1981; disponível no link: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-0507%28198103%2941%3A1%3C1%3AWITWWD%3E2.0.CO%3B2-Y>.
- ENGELS, Friedrich. *The Condição of the Working Class in England*. Website: Marx/Engels Internet Archive, 1845; disponível no link: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/condition-working-class/index.htm>.
- FERGUSON, Niall. *Colossus: The Price of America’s Empire*. New York: Penguin Press, 2004.
- MADDISON, Angus. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2006 AD*; website pessoal; acesso: março 2009; disponível: <http://www.ggd.net/Maddison/>.
- _____. *World Economic Growth: The Past 1000 Years*. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, Henry Wendt Lecture, May 15, 2001a.
- _____. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Development Centre Studies, 2001b.
- MORAZÉ, Charles. *Les Trois Âges du Brésil*. Paris: Armand Colin, 1954.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama: An inquiry into the poverty of nations*. New York: Pantheon, 1968, 3 vols.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 2ª ed.; São Paulo: Brasiliense, 1949.

Brasília, 10/07/2011

Nome: Paulo Roberto de Almeida
Endereço: SQS 213 Bloco E apt. 102 – 70292-050 Brasília, DF
Filiação institucional: Ministério das Relações Exteriores; Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub)
E-mail: pralmeida@me.com
Telefones: (61) 3245-1997; 9208-0082